



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638736 - SP (2021/0002028-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ANDREZZA CAROLINE DE FARIA E OUTRO
ADVOGADOS : ANDREZZA CAROLINE DE FARIA - SP444377
TALES HENRIQUE GUIMARÃES VIEIRA - SP444701
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE ANTONIO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE ANTONIO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2243585-89.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante como incurso no crime de tráfico de drogas, tipo penal descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. O flagrante foi convertido em prisão preventiva.

A impetrante afirma que, liminarmente, o Tribunal de origem concedeu a liberdade provisória ao paciente; contudo, posteriormente, a ordem foi denegada e a liminar cassada.

Sustenta a falta de fundamentação idônea para a manutenção da segregação cautelar do paciente, bem como que a ínfima quantidade da droga flagrada era para consumo próprio.

Afirma que estão presentes os requisitos para a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, conforme disciplina o art. 319 do mesmo diploma legal.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para relaxar a prisão do paciente, para que possa responder em liberdade, ou a aplicação das medidas cautelares diversas do cárcere. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto

condutor se extrai (fl. 230):

Foi preso por terem sido encontrados, em uma marmita que carregava consigo, ao que tudo indica para fins de tráfico, 113,5g de maconha, divididas em 35 porções.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente